

II Confiança na Democracia ou Retracção Perante o Estado?

*Intervenção de
Fernando Medeiros**

A democracia pode ser definida como a forma de governo através da discussão e de contendas públicas apropriada à qualificação das maiorias em que se exprimem os atributos do bem comum. Esses atributos constituem a finalidade e a legitimação das instituições e dos corpos políticos. Nesta acepção de democracia os dois termos da proposição submetida a discussão não se excluem tão sistematicamente quanto tende a sugerir o modo como estão apresentados. Se definirmos a democraticidade da vida social pelo grau de extensão das relações sociais, cujas regulações prescindem do recurso aos argumentos da autoridade, a lei da maioria é tanto mais acessível às consciências individuais quanto mais as relações entre governados, pertencentes aos mais diversos meios sociais e aos mais variados estatutos em que se distribuem as hierarquias funcionais da sociedade influem sobre as expressões e as práticas constitucionais que regem as relações entre governantes e governados. Nesta óptica, o sentimento de confiança na democracia constitui um prolongamento dos dispositivos de segurança individual através dos quais os membros da sociedade, na qualidade de agentes, fundavam uma ordem social e tipos de expressão da personalidade individual com base na autonomia e na alteridade.

Por isso, a democraticidade varia de sociedade para sociedade, constitucionalmente regidas pelos mesmos princípios democráticos, ou ainda de época para época ou de meio social para meio social no âmbito de cada uma dessas sociedades. Para nos limitarmos às formas pluralistas dos estados identificados à nação, poderíamos estabelecer uma distinção entre as configurações socio-políticas ou formas de relações entre governantes e governados que admitem, quer em nome da razão prática quer em virtude da maneira como a representação se traduz em identificação, numa relativa sujeição do indivíduo à colectividade, por um lado, e aquelas que fazem da soma das realizações individuais o substrato dos progressos do bem comum, por outro lado. No primeiro caso teríamos uma modalidade de democraticidade na qual a orientação colectiva para o valor da igualdade serve de apaziguador ou modelador racional-legal da conflitualidade ou das tensões extremas a que a valorização da liberdade individual pode conduzir em determinadas circunstâncias. Na segunda configuração socio-política, a modalidade de democraticidade prende-se com a orientação colectiva prevalente ao valor da liberdade, quando as limitações da mesma, na plano colectivo, impedem ou são supostas impedir a realização da personalidade individual.

* Université de Paris/Gabinete de Filosofia do Conhecimento.

Por conseguinte, o problema da confiança na democracia relaciona-se em ambos os casos com os problemas da individuação e da formação da personalidade dos membros das sociedades que apresentam de maneira institucionalizada a dualidade estrutural da autonomia e da alteridade. Tal como o indivíduo tende a preservar a sua integridade e a sua unidade psico-fisiológica nas relações com os meios sociais em perpetuo movimento, em que ele próprio evolui através da sua capacidade de juízo de valor e de avaliação das situações, os corpos e as instituições, em que o indivíduo cidadão delega a sua soberania ou deposita confiança para regular as relações nodais do seu ser social, tendem do mesmo modo a assegurar no decurso do tempo a unidade e a coesão de um corpo social metamorfozeável pela sua dualidade constitutiva.

Nesta perspectiva, a democraticidade implica uma série de metamorfoses prévias do corpo social, a que correspondem outros tantos momentos históricos e culturais da formação dos dispositivos de segurança que subjazem aos mecanismos da individuação. Se entendermos que a segurança material nas relações sociais é o substrato da democracia política, o único horizonte em que esta se projecta é o do endeusamento das relações sociais polarizadas pela acção racional/legal, do qual o utilitarismo constitui a expressão ideológica mais abrangente. No caso em que os julgamentos de valores produzem uma sensibilidade colectiva diferente, a democraticidade traduzir-se-á em concepções diferentes do bem comum.

*Intervenção de
Maria José Stock**

Ao abandonar o cargo de chanceler da RFA, Willy Brandt vaticinou que à Europa Ocidental apenas restariam 20 ou 30 anos de Democracia, após os quais "navegaria sem timoneiro nem motor no mar das Ditaduras envolventes", provindo a ordem quer de ditaduras militares, quer de "politburos".

Este vaticínio, extremamente pessimista, felizmente não se cumpriria. As dúvidas e os receios quanto ao futuro dos regimes democráticos ocidentais parecem estar hoje postas de parte. A democracia política mostrou-se mais forte do que se pensava e foi mesmo capaz de resistir a diversas invectivas anti-democráticas: veja-se por exemplo o caso da vizinha Espanha.

Para além desta resistência, acabaria por se constituir mesmo como modelo, como quadro de referência, vindo os regimes monolíticos e totalitários a sofrer profundas transformações: há uma década e meia os da Península Ibérica, agora os dos Países de Leste.

É visível que se tem vindo a atravessar um período de mudanças substanciais ao nível das estruturas sócio-económicas, políticas e culturais e nem

* Universidade de Évora

sempre os estados democráticos souberam responder de forma adequada a essas novas situações.

O facto, contudo, é que apesar de todos os limites que os regimes democráticos apresentam, o balanço final tem sido positivo. Aliás, as chamadas crises das democracias ocidentais são naturais. Provêm da sua própria essência, visto que se baseiam na liberdade, estando abertas a experiências sucessivas, suscitando uma permanente e rica dialéctica interna. Tudo isto provoca, consequentemente, tais crises.

Temos consciência de momentos especialmente críticos no mundo ocidental que representaram um retrocesso na evolução da Humanidade: o advento do fascismo e do nazismo, por exemplo, para além da ascensão de outros regimes de carácter despótico e autocrático, tal como o nosso durante 48 anos. Mas etapas essenciais na evolução da Humanidade, em termos de avanço e de progresso, foram factos como a Revolução Francesa, a independência dos EUA e os regimes liberais formados no séc. XVIII, fonte dos actuais regimes democráticos, com a superação de algumas das suas limitações.

Àquelas etapas, já longínquas; podemos acrescentar, como marcos essenciais da vitória da Democracia, o derrube das ditaduras nazi e fascista e, neste momento, a imparável queda dos regimes comunistas.

À contestação que, a partir de Outono de 1970, surgiu na União Soviética com a formação, por Sakarov, do Comité para os Direitos do Homem, seguir-se-iam manifestações diversas, a tentativa de formação, alguns anos depois, do primeiro Sindicato não oficial e protestos religiosos que viriam a conseguir amplo eco no Papa Polaco, para não falar nas revoltas nos países satélites desde os anos 50, como foi o caso da RDA em 1953, da Hungria três anos depois e da Checoslováquia no final da década de 60. A explosão sindical polaca em 1980-81, acabaria por consistir no ponto mais alto, (antes dos acontecimentos mais recentes especialmente simbolizados pela queda do muro de Berlim) da recusa e da inevitável falência dos regimes comunistas, da retirada confiança nos processos democráticos e na retracção do modelo centralista estatal.

Parece pois, que a Democracia se perfila como o regime do futuro. Como reza o título do livro de Slater e Bennis "A Democracia é inevitável".

O grande desafio consistirá em ultrapassar a Democracia meramente representativa, multiplicando e diversificando os centros de decisão, mediante uma descentralização substancial, promovendo o pluralismo em todos os sectores, tentando minorar ou controlar os efeitos perversos do sistema e encontrando novas vias alternativas de participação aos canais formais existentes.

*Intervenção de
José Manuel Leite Viegas**

As transições políticas para regimes de democracia representativa nos países do leste Europeu foram dos factos mais marcantes dos últimos tempos. No entanto, se nos países de leste estes acontecimentos revestiram um aspecto porventura mais apaixonante, convém lembrar que mudanças análogas ocorreram em países do terceiro mundo e, na década de setenta, em Portugal, Espanha e Grécia.

Por outro lado, assistiu-se nestas últimas duas décadas - de uma forma seguramente menos espectacular mas bastante persistente - a uma retomada do discurso liberal cujo principal vector assenta na retracção do Estado a favor da iniciativa privada.

Se estas políticas liberais recebem apoio quando libertam energias e criatividade que se encontravam esmagadas por procedimentos centralizados em estruturas pesadas, já o mesmo não acontece quando pretendem por em causa todas as estruturas de política social que caracterizaram a construção do chamado *Welfare State*. Não será por acaso que a implementação deste liberalismo radical apresente como caso emblemático o Chile não democrático.

Os defensores deste radicalismo liberal procuram incutir a tese de que os processos de democratização política e de liberalização económica estão intrinsecamente relacionados: a liberdade a nível político exigiria uma mesma liberdade de acção na esfera económica, não condicionada pelo Estado. As leis de mercado que regulam a produção, circulação e consumo de bens teriam o seu equivalente no mercado simbólico de propostas políticas. Os processos eleitorais consubstanciarão o ponto de encontro entre as ofertas políticas e as preferências dos cidadãos.

A simples observação do que se tem passado nos diversos países, assim como os resultados de diversas pesquisas, não parecem confirmar aquele entendimento, com a linearidade com que muitas vezes é expresso. De facto, as experiências de mais puro liberalismo económico têm coexistido com governos ditatoriais ou fortemente autoritários. O argumento de que a longo prazo essas ditaduras com liberalismo económico se têm transformado em democracias também não convence. Por um lado, com as transformações que se estão a passar a leste, poderíamos dizer o mesmo dos estatismos comunistas: a prazo também eles se vão transformando em democracias parlamentares. Por outro lado, e como dizia Lord Keynes "longo prazo todos nós estamos mortos".

As pesquisas empíricas sobre as atitudes e crenças políticas também não têm revelado que exista uma correlação positiva entre liberalismo político-social e económico. Tudo indica, aliás, que essa correlação seja negativa. A

* ISCTE

própria dinâmica da luta ideológica nos indica isso mesmo. É sabido que nos Estados Unidos da América, liberal conota quer os defensores dos direitos civis, quer os defensores das políticas sociais do Estado. Também na Europa as correntes socialistas e sociais-democratas têm sido as protagonistas - não as únicas, evidentemente - da defesa das liberdades políticas e, simultaneamente, da intervenção do Estado na área económica e social.

A profecia de Hayek de que a tendência para o intervencionismo do Estado no pós Guerra, nas democracias europeias, viria a por em causa a democracia política nesses países veio a ser negada pelos acontecimentos. Se isso é verdade para todas elas, é-o ainda com mais evidência para as democracias nórdicas, como a Finlândia, Suécia, Noruega e Dinamarca.

Por tudo o que dissemos, estamos em crer que as teorias que estabelecem uma similitude entre os movimentos pela democracia a leste e de liberalismo económico no ocidente, correspondem mais a uma procura de legitimação desses liberalismos do que a um efectivo relacionamento entre esses acontecimentos.

Se as experiências políticas vividas neste século tornaram claro que a desvalorização dos mecanismos da democracia política em nome da igualdade ou do desenvolvimento levam à perda, quer da democracia quer desses objetivos, não é menos verdade que a democracia política, valendo por si própria, só tem condições de viabilização, ou de plena realização, no quadro de um Estado que garanta aos cidadãos justiça e bem-estar social.

*Intervenção de
Pierre Guibentif**

O interesse da pergunta que nos é posta não reside apenas no conteúdo. Deve-se também às circunstâncias em que é formulada e debatida: quem nos desafia aqui não são os habituais "clientes" (ou "patrões") da sociologia, Estado ou grandes instituições, públicas ou privadas; são cidadãos, particulares, e é em confronto imediato com cidadãos particulares que se tenta responder. Estas circunstâncias mereciam ser realçadas. Em primeiro lugar, porque garantem a esta discussão, por assim dizer, condições epistemologicamente favoráveis: o desenvolvimento da sociologia do Estado sempre foi problemático, entre outras razões porque, por definição, o Estado, se é lícito simplificar a situação evocando uma identidade singular, ou tem pouco interesse em desenvolver o conhecimento sobre si próprio, ou então tem interesses muito específicos (pode pensar-se, por exemplo, nos estudos de racionalização administrativa pedidos por certas administrações nacionais ou locais a especialistas da consultadoria organizacional). Ser agora interrogado por cidadãos obriga-nos a colocar os

* ISCTE

problemas sob um ângulo diferente do habitual, e, simultaneamente, abre um novo espaço de manobra a nossa reflexão.

Outra observação preliminar: não poderíamos pretender, enquanto sociólogos, oferecer aqui respostas acabadas e definitivamente autorizadas. Apenas podemos contribuir para uma reflexão alargada, acrescentando à perspectiva de pessoas que ocupam outras posições sociais uma perspectiva diferente e complementar. A perspectiva de quem, por um lado, tem uma relação mais imediata com diversas e já antigas tradições de reflexão sobre as sociedades humanas, e, por outro lado, de quem se viu atribuir instrumentos especificamente destinados à tomada de conhecimento, pelo exterior, da realidade social.

Face à alternativa em debate, o meu primeiro elemento de resposta é que os seus dois termos "confiança na democracia" e "retracção perante o Estado" não podem ser considerados como exclusivos um em relação ao outro. Deveria antes procurar-se uma atitude que articule as duas componentes, já que cada uma, como a seguir brevemente recordarei, têm a sua justificação.

Confiança na democracia? Sim, obviamente. Mais precisamente: há pouco tempo ainda, a democracia, embora susceptível de ser justificada no plano ético ou político, era uma mera aposta. Hoje em dia, após várias décadas de desenvolvimento desta prática da vida colectiva, podemos enumerar múltiplas razões empíricas a favor da opção democrática.

Pode assim considerar-se como historicamente verificável que a democracia é um factor de estabilidade social (outras disciplinas melhor talvez que a sociologia poderão analisar as correlações que existem entre a democracia e paz social, ou paz entre países); e, para abordar aspectos que foram reflectidos de maneira mais aprofundada no âmbito específico da sociologia, o desenvolvimento da democracia encontra-se ligado a tendências de emancipação individual (veja-se, entre outros, o artigo de Habermas, 1963, "Droit naturel et Révolution") e de elevação do bem-estar social: a história do Estado Social e a análise dos seus recentes desenvolvimentos documenta que este surge depois de a democratização ter dado a palavra às classes sociais mais necessitadas. E o Estado Social consolida-se em resposta à necessidade de garantir uma certa estabilidade ao eleitorado, para evitar que partes deste se deixem atrair por opções políticas extremistas: recorde-se que a concepção moderna do *Welfare State* é formulada no decorrer da II Guerra mundial, entre os aliados, feita a análise das causas do surgimento dos totalitarismos que desencadearam a Guerra (ver a este respeito, por exemplo, António da Silva Leal, "Estado de Bem-Estar ou Estado Protector" in *Temas de Segurança Social*, Vol. 2, Lisboa, 1985). Finalmente, as sociedades democráticas deram provas de uma excepcional flexibilidade na adaptação das suas estruturas, o que revelam por exemplo as análises que se fizeram das mutações que seguem a "Crise do petróleo" nas sociedades ocidentais (ver por exemplo os trabalhos de Offe).

A atitude perante o Estado não pode ser tão unívoca. Em primeiro lugar, deve reconhecer-se que o Estado representa uma condição material da democracia. Historicamente, a aparição do Estado é imediatamente anterior à das

democracias e é possível reconstruir relações de causalidade entre os dois fenómenos. No plano da organização material, o funcionamento da democracia pressupõe a existência de um dispositivo complexo que lhe é fornecido pela estrutura racionalizada do Estado.

Mas o Estado também encerra organizações cuja dinâmica intrínseca pode induzir evoluções que, essas sim, podem ser altamente prejudiciais para o cidadão. Entre as menos espectaculares destas evoluções refiram-se o que se chamou o "fenómeno burocrático" (Crozier) ou, noutro plano, a "juridicização", isto é a alteração qualitativa das condições da interacção, pelo efeito de estruturas jurídicas (ver os recentes trabalhos sobre este fenómeno, levados a cabo no campo da sociologia do direito). A análise destas evoluções levou já à formulação, entre os cientistas sociais, de diversas novas estratégias de relacionamento com o Estado (Boaventura de Sousa Santos).

As mais gravosas são as que se observam nos campos do controlo sobre os cidadãos e da defesa armada da ordem pública, campos onde são edificados aparelhos (pense-se por exemplo em dispositivos de escutas telefónicas e do controlo da população por ficheiros contendo dados como a "raça" ou as convicções políticas, como os estiveram em debate recentemente tanto em Portugal como na França, na Suíça etc., sem falar dos países do Leste europeu), aparelhos que podem servir, indiferentemente, tanto uma actuação política que respeita os princípios democráticos, como políticos com tendências autoritários ou até totalitárias (Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas). Sabê-lo não significa reivindicar a (provavelmente impensável) eliminação destes dispositivos. Mas basta para motivar uma muito vigilante desconfiança.

III Arte e Média: Indústria ou Cultura?

Intervenção de

*Maria de Lourdes Lima dos Santos**

A proposta para debate põe em confronto dois domínios - cultura e indústria - sobre os quais recaem, em regra, fortes suspeitas de incompatibilidade. No entanto, se a aproximação entre ambas não é pacífica, ela aparece cada vez mais como inevitável.

Para alguns isto corresponderá a dizer que nos encaminhamos apocalipticamente para a catástrofe cultural (fim da arte, fim da cultura). Para outros, pelo contrário, significará que avançamos confiantemente para a "Grande Democratização Cultural".

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ISCTE